



FILIADA A FENASPE

ASTAPE/RJ

98029-0050

Associação dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Anistiados da Petrobras e Subsidiárias no Estado do RJ - ASTAPE-RJ - Exemplar Gratuito

MAIO - 2026



"FECHAMENTO AUTORIZADO PODE SER ABERTO PELA ECT"

Fala Presidente

Adelino Ribeiro Chaves



Apenas o avanço organização operária garantirá o fortalecimento da pauta da redução da jornada de trabalho!

Passado o 1º de maio, o dia internacional dos trabalhadores, é necessário que façamos um bom balanço sobre o direcionamento político dado ao movimento operário pelas forças que hoje o dirigem no país e sua principal pauta: a redução da jornada, sem redução de salários. Ao mesmo tempo que conseguimos visualizar possibilidades concretas de avanço na pauta da redução da jornada, um debate que historicamente mobilizou o movimento operário em todo o mundo, o cenário que se viu nesse 1º de maio foi de atos vazios, realizado de forma protocolar, e direcionados a uma tática parlamentar de luta que se pauta exclusivamente pelo calendário eleitoral.

A questão da desmobilização dos trabalhadores não tem uma única causa, obviamente. Contudo, é interessante que busquemos avaliar os variados elementos na conjuntura que atravessam essa pauta sob uma perspectiva classista. A pauta do fim da escala 6x1 foi levantada de forma espontânea, através das ações virtuais, iniciadas

pelo hoje vereador do Rio de Janeiro, Rick Azevedo, e logo se somou a demandas de redução da jornada que vinham sendo levantadas nos últimos anos por organizações e sindicatos combativos, embora minoritários no movimento operário. A confluência dessas posições consolidou em poucos meses, em meio a construção de uma unidade de ação na luta de massas, a pauta com a redução da jornada para 30h ou 36h semanais e a fixação da escala 4x3, buscando superar o modelo de jornada 6x1 e garantir um avanço que unificasse também os trabalhadores da 5x2 nessa luta da classe.

Panfletagens pequenas, iniciadas em 2023, transformaram-se em variados atos realizados durante todo o ano de 2024 que passaram a agitar a pauta majoritariamente dentro de shoppings e centros comerciais pelo país. O acúmulo de forças, com atos de massas e ações de impacto, que rumaria em direção ao 1º de maio, contudo, foi implodido pela divergência tática entre organizações socialistas e governistas,

com essas últimas apostando na diminuição dos atos de rua e em locais de grande concentração de trabalhadores para a construção de um plebiscito popular, que direcionaria a luta ao parlamento, no segundo semestre do ano. O saldo organizativo dessa tática para os trabalhadores foi nulo, com a dispersão das mobilizações, enquanto o saldo político se ateve a entrega de assinaturas a parlamentares, que, por sinal, ficaram muito abaixo da meta estipulada pelas frentes governistas que a impulsionaram.

A captura da pauta pelo governo e o direcionamento da insatisfação para o âmbito do acompanhamento (distanciado) da luta parlamentar sedimentou, na prática, um enfraquecimento dos potenciais de avanço da pauta. A apresentação da PEC do fim da escala 6x1, que se pautava no estabelecimento de uma jornada de 36h horas semanais em escala 4x3, sem redução de salários, foi substituída pela apresentação em ano eleitoral de um projeto de lei, proposto pelo governo Lula e que tramita em regime de urgência, que rebaixa a demanda para o estabelecimento da jornada máxima de 40h semanais em escala 5x2, sem redução salarial.

A redução da demanda somada ao esfriamento da luta de massas em favor da luta parlamentar já vem acumulando mais resultados negativos imediatos: lideranças do Republi-

canos, União Brasil e do Partido Liberal antes emparedadas por pressão de seus próprios eleitores, bem como diversos parlamentares menos expressivos da direita e extrema-direita, agora buscam abertamente subterfúgios parlamentares para garantir um período de transição e subsídios aos empresários. Outra tática aventada é a obstrução da votação da pauta antes do período eleitoral. O grande empresariado, ao mesmo tempo, pressiona o STF para que garanta maiores flexibilizações de direitos trabalhistas, como na possibilidade de dejetização irrestrita.

A desmobilização operada sobre a pauta da redução da jornada de trabalho foi realizada para que a mesma fosse direcionada ao debate eleitoral, com o governo utilizando-a enquanto plataforma de campanha enquanto os trabalhadores perdem capacidade de pressão. Não teríamos problemas se a tática amplificasse a força dos trabalhadores, mas o que acontece é justamente o contrário. Devemos aprofundar um balanço qualificado sobre as táticas das forças que hegemonizam hoje o movimento operário no país. Aqui, citamos apenas um exemplo de como a tática da conciliação de classes prejudica o movimento operário em sua luta. Precisamos aprofundar a organização dos trabalhadores, sempre mantendo a independência política da nossa classe!

PAPO RETO

CARTA ABERTA À CATEGORIA PETROLEIRA

A ASTAPE-BA vem, por meio desta carta aberta, compartilhar com a categoria petroleira os objetivos centrais e os principais encaminhamentos do Seminário “O Futuro da Petros e da AMS”, realizado no dia 08 de abril de 2026, em Salvador.

O seminário reuniu especialistas, dirigentes sindicais, trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas de diversos estados do país, consolidando-se como um espaço plural, democrático e de construção coletiva. Mais do que um evento, foi um momento estratégico de reflexão crítica sobre temas que impactam diretamente a vida, a segurança financeira, a saúde e o futuro de milhares de famílias petroleiras.

O seminário teve como principal objetivo promover o acesso a informações qualificadas, confiáveis e transparentes, contribuindo para reduzir as incertezas geradas por propostas de migração do Plano Petros ainda não formalizadas pelos órgãos competentes.

O seminário denunciou que as mudanças propostas não representam apenas uma alteração de modelo, mas uma significativa transferência de riscos para os participantes, com impactos diretos na previsibilidade da renda e na segurança financeira ao longo da vida. Enquanto o plano de Benefício Definido (BD) é baseado no princípio do mutualismo e garante renda vitalícia, o modelo de Contribuição Definida (CD) individualiza os riscos, tornando os benefícios incertos e sujeitos às oscilações do mercado.

Além disso, os participantes do seminário cobraram que a Petrobrás, na condição de patrocinadora, reconheça e quite integralmente sua dívida com a Petros, como medida fundamental para garantir os direitos de participantes repactuados e não repactuados e viabilizar uma solução estrutural para os Planos de Equacionamento de Déficit (PEDs).

Também foi destacada a urgência na construção de alternativas

concretas para os chamados pré-70, que, a partir de 2028 - com o encerramento do Acordo de Obrigações Recíprocas - poderão enfrentar um cenário de profunda insegurança e incerteza quanto à manutenção de seus direitos.

Em relação à Assistência Médica Suplementar AMS, o encontro teve como foco central a discussão sobre sua sustentabilidade de longo prazo, sem perda de direitos historicamente conquistados. O diagnóstico apresentado ressaltou a natureza de direito adquirido da assistência à saúde, vinculada aos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs). O seminário propôs o fortalecimento da governança, a transparência atuarial e a defesa do modelo de custeio 70x30, combatendo qualquer tentativa de transferência de custos excessivos aos beneficiários.

Nesse contexto, é fundamental reafirmar que os déficits acumulados nos planos da PETROS não podem ser tratados como responsabilidade dos participantes e assistidos. Conforme amplamente debatido no seminário, grande parte desses déficits decorre de decisões históricas da própria PETROBRAS, seja por meio de políticas de recursos humanos, seja por influência direta em investimentos malsucedidos. Assim, é imprescindível que a patrocinadora assuma integralmente suas responsabilidades, promovendo o devido equacionamento de suas dívidas junto aos planos, de forma a eliminar a atual sobrecarga imposta aos beneficiários por meio dos Planos de Equacionamento de Déficit (PEDs).

Por fim, a mensagem que emerge deste seminário é clara: decisões que impactam o futuro não devem ser guiadas pela urgência, mas pela consciência. A informação de qualidade, o debate coletivo e a participação ativa são os pilares para garantir a proteção social construída ao longo de décadas.

Exigimos transparência total!

Especial Petros – Da repactuação à migração – 20 anos de ataques e traição

A no após ano, entra governo e sai governo, CEO vai, CEO vem... e os aposentados da categoria petroleira seguem sendo o setor mais discriminado e prejudicado nos reajustes do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), nos Planos de Equacionamento da Petros (PEDs) e na Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), que foi terceirizada, mudando de nome para Associação Petrobrás de Saúde (APS), e hoje apresenta dívida acumulada.

No cenário nacional, as Reformas da Previdência, aprovadas, em 2001, com as LCs 108 e 109 (estabelecendo o limite da paridade contributiva e um exíguo prazo para o ajuste atuarial dos planos); em 2003, com o estabelecimento do FUNPRESP (Implantação 2012/13) e contribuição dos inativos e pensionistas; em 2006, com a Repactuação no Sistema Petrobrás e, em 2019, durante o governo de Bolsonaro, que marcou uma das mudanças mais profundas no sistema de seguridade social brasileiro, elevando a idade mínima para aposentadoria e endurecendo as regras de acesso aos benefícios. Além de, em agosto de 2021, se aproveitando do estrangulamento financeiro dos PEDs, terem atacado a categoria com o lançamento de um CD puro, o Petros-3, sem quaisquer contrapartidas, desconsiderando as responsabilidades históricas das PATROCINADORAS, as suas dívidas. Desde suas implantações, movimentos sociais, sindicatos e diversas organizações da sociedade civil, com participação ativa do Sindipetro-RJ, protagonizaram mobilizações, protestos e campanhas denunciando seus efeitos. Com a última eleição de Lula, houve expectativa de revisão dessas medidas; no entanto, até o momento, este governo tem se limitado a debates e pequenos ajustes, sem avançar em uma necessária revolução estrutural da Reforma.

Perdas dos Aposentados

Segundo estudo encomendado pela FNP, as perdas dos aposentados somam 44,55% no PPSP-NR e 38,99% no PPSP-R entre 2007 e 2025, sem contar perdas indiretas com plano de saúde, etc.

Não podemos permitir, não vamos aceitar! Mais transparência! Nenhum compromisso com qualquer proposta sem todas as cartas na mesa! Reforçar a mobilização por alternativas sem migração!

E, no último ACT, a Petrobrás manteve a prática de aumento diferenciado da tabela da ativa. Mesmo ACT no qual fizemos uma Greve Histórica e poderíamos ter de fato avançado com a força da ativa, mas a turma da FUP primeiro jogou pra plateia dizendo que o eixo principal da greve era solucionar os PEDs, apenas, para em seguida, sabotar a greve em seu auge, com o embuste da Carta Compromisso sobre os PEDs.

Por isso, dizemos que um dos nossos problemas é que, durante os governos petistas, a FUP/CUT não só tem passado pano como muitas vezes abertamente defendido e até servido como garota propaganda do RH da Petrobrás, além de indicar dezenas de gestores que nada têm feito para pressionar a Direção da Petrobrás pela nossa pauta e, pelo contrário, têm servido para induzir o movimento a obedecer aos patrões.

Só um sindicato independente de qualquer governo ou patrão poderá de fato representar também os interesses dos aposentados.

Estado de Alerta

A Comissão Quadripartite não pode se tornar um estratagema para nos conduzir para uma armadilha, defender a migração como única opção, sem sequer ter um valorem mãos, possíveis mudanças pós TCU e depois vir com a história do “não era bem isso, mas já que estamos aqui...”.

Fonte: Sindipetro RJ

Governo e oposição bolsonarista convergem no entreguismo das terras raras brasileiras

Em reunião com ministros, realizada em 22 de abril, o presidente Lula fechou questão em seu governo contra a criação da Terrabras, optando pelo apoio ao Projeto de Lei 2780/2024, relatado por Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), na qual não existem distinções sobre a participação de capitais nacionais ou estrangeiros na exploração de terras raras e minerais críticos e estratégicos.

O Governo Lula defende tal política baseada em elementos de segurança jurídica ao capital monopolista, contrariando a sua própria base social, e prioriza os incentivos ao setor privado com o estabelecimento de instrumentos regulatórios que, na prática, entregarão o controle sobre tais recursos ao capital estrangeiro em detrimento do controle nacional sobre a exploração através de uma empresa estatal.

O jogo de cena da base governista

No início de abril de 2026, o deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), apresentou à Câmara dos Deputados um Projeto de Lei (PL) 1733/2026 autorizando a construção da Terras Raras Brasileiras S.A. – TERRABRAS, uma empresa pública destinada “à pesquisa, à exploração, ao aproveitamento econômico, ao beneficiamento, à industrialização e à comercialização de terras raras, minerais estratégicos e minerais críticos”, vinculada ao Ministério de Minas e

Energia. Na prática, a empresa desempenharia o papel que hoje desempenha a Petrobrás na exploração do petróleo.

O projeto propõe que a União detenha a participação mínima suficiente para manter o controle acionário da empresa, podendo dividir a participação acionária com empresas privadas, investidores individuais e institucionais, fundos soberanos e bancos públicos de desenvolvimento. A proposta já nasceu rebaixada, quando a ala governista não se dispôs a travar uma luta pela reestatização dos setores extrativistas.

Na campanha presidencial de 2022, Lula discursou sobre a necessidade de reverter as privatizações realizadas durante as gestões Temer e Bolsonaro, mas, eleito, não se movimentou em relação à pauta; pelo contrário, sem necessidade de aprovação do Congresso, aprofundou o Programa Nacional de Desestatização (PND), colocando rios, florestas, unidades prisionais, sistema educacional, linhas férreas, saneamento, transporte e energia sob a mira das privatizações coordenadas pelo BNDES.

“Flertar” com a reestatização de setores estratégicos do país e construção de novas empresas públicas é uma tática eleitoral antiga do PT. Em 2006, a campanha de Lula intensificou os ataques às privatizações ocorridas durante o governo FHC, mas, em quase 20 anos de mandato, nunca reverteu a dominação burguesa dos setores estratégicos do país.

Contrariando sua própria base social, que vem levantando campanha e abaixo-assinado para “pressionar” a criação da estatal nos termos do projeto de Rollemberg, o Governo Lula optou por apoiar um projeto ainda mais rebaixado, que não prevê a criação da empresa estatal, apenas “definindo parâmetros” para a entrega da exploração dos minerais críticos a empresas privadas nacionais e estrangeiras.

O bolsonarismo vai ainda mais além no entreguismo

No mesmo sentido, buscando burlar a “entrega controlada” das terras raras ao capital estrangeiro articulada pelo Governo Federal, o governador Ronaldo Caiado (PSD-GO) diz estar “fechado com os EUA” a respeito da conclusão da venda da mineradora Serra Verde à empresa americana USA Rare Earth. Caiado, que já se apresenta como pré-candidato do partido à Presi-

dência da República para as eleições de 2026, alinha-se ao discurso de outro pré-candidato, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que, em conferência nos EUA, reforçou que as terras raras são fundamentais para os equipamentos da máquina de guerra estadunidense e que o Brasil seria a solução para “quebrar a dependência da China por minerais críticos, especialmente terras raras”.

Com contradições latentes, a disputa das Terras Raras no Brasil tem sido palco de uma disputa entre setores da burguesia monopolista internacional e da narrativa dos partidos políticos brasileiros (tanto os social-liberais da base governista, quanto os abertamente reacionários como PL e PSD). Enquanto as potências imperialistas se digladiam em torno da exploração de minerais brasileiros, a corrida presidencial se torna palco de quem detém a narrativa da entrega desses recursos.

Fonte: Jornal O Futuro

COMUNICADO IMPORTANTE AOS ASSOCIADOS

A Diretoria da ASTAPE/RJ procurando solucionar o problema de Assistência Funeral aos seus associados e preocupados com esta perca assistencial que nos foi imposto, por isso, fechamos novo Aditivo Contratual de Prestação de Serviço de **ASSISTÊNCIA FUNERAL** junto a **RIO PAX** para os novos associados a partir de **OUTUBRO/2018**. Pedimos aos associados(as) que estiverem quites com sua mensalidade junto a **ASTAPE/RJ**, que nos envie o **nome completo**, cópia da **carteira de Identidade e CPF** do seu **CONJUGE (esposo(a), companheiro(a))**.

De acordo com a faixa etária conforme Aditivo contratual o associado(as) poderá incluir seus dependentes, nos enviando cópia dos documentos acima. Aqueles que já fizeram a inclusão de seus dependentes, favor desconsiderar o aviso.

Informamos a todos os Associados(as), os números dos telefones da **ASSISTENCIA FUNERAL RIO PAX**, (Central de Atendimento) **08007261100** e **(21) 2187-1100**, (24 horas) **08002825672** e **(21) 2252-1000**.

Maiores informações procurem a **ASTAPE**.

Atenciosamente.

Adelino Ribeiro Chaves
Presidente

COMUNICADO PARA OS ASSOCIADOS

CARTA CONVITE

VAMOS COMEMORAR OS 43 ANOS DA ASTAPE/RJ

A Diretoria da ASTAPE/RJ – Associação dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Anistiados da PETROBRÁS e Subsidiárias no Estado do Rio de Janeiro, **CONVIDA** os associados para participarem da Comemoração “ANIVERSÁRIO DA ASTAPE/RJ – 43 ANOS” na SEDE CAMPESTRE, no dia **25 DE JULHO DE 2026**, com início previsto às 10:00 horas e término às 17:00 horas, alugamos 01 ônibus para levar os associados, o evento será realizada na SEDE CAMPESTRE situado no endereço à Rua A, nº 290 – Mauá – Magé - RJ. O ônibus irá sair às 09:00 horas, pedimos aos associados que irão no ônibus aguardar em frente a sede da ASTAPE/RJ, para encaminharmos até o ônibus.

Portanto, o associado terá direito a levar esposo(a), **pedimos aqueles que irão no ônibus, informar até o dia 17 de Julho de 2026**, com cópia da Identidade para enviarmos a relação para a Empresa contratada.

PREÇO DO ÔNIBUS: Os associado(a) e seus convidados que forem no ônibus pagará o valor de **R\$ 35,00 (trinta cinco reais)**.

Assim sendo, ficaremos no aguardo de sua confirmação, para **PEGAR O SEU CONVITE** até o **dia 17 de Julho de 2026**, a fim de que possamos relacionar os associados e convidados que irão ao evento. O **PREÇO DO CONVITE** segue abaixo:

CONVIDADOS: 12 anos (acima) – valor do convite **R\$ 110,00 (cento dez reais)**.
CRIANÇAS: 07 A 11 anos – valor do convite **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

VAMOS COMEMORAR OS 43 ANOS DA ASTAPE/RJ.
Sem mais, agradecemos antecipadamente a presença do companheiro (a).

Duque de Caxias, 15 de Maio de 2026.

Atenciosamente
Adelino Ribeiro Chaves
Presidente

Aniversariantes mês de MAIO / 2026

Ana Maria Rodrigues Faria	21/05/2026
Benjamim Nunes	30/05/2026
Berenice Da Conceição Castelo Costa	16/05/2026
Djalma De Freitas	19/05/2026
Elias Silva De Souza	04/05/2026
Elsinete Da Silva Thomaz	23/05/2026
Elzenir Costa De Brito	23/05/2026
Enedina Do Nascimento Gomes	22/05/2026
Gilberto Da Conceição Barcelos	27/05/2026
Gilberto Rosalina	25/05/2026
Helena Alves De Cerqueira	13/05/2026
Inacia Genoveva De Paula	25/05/2026
Isabel Martins Da Costa	13/05/2026
Ivan Gomes Barata	14/05/2026
Lucilia Lopes Neves Santos	02/05/2026
Luiz Carlos Martins De Souza	03/05/2026
Maria De Nasare Costa Freitas	10/05/2026
Maria Jose De Mattos Silva	19/05/2026
Nery Dos Santos	22/05/2026
Rosangela Pontes	16/05/2026
Silvia Antunes De Sá De Souza	15/05/2026
Solange Souza Da Silva	22/05/2026
Vanda Pedro Da Silva	25/05/2026
Walter Rocha	25/05/2026

OBITUÁRIOS

É com muito pesar que noticiamos estes falecimentos.
A Diretoria da ASTAPE/RJ e seus associados
comungam com a dor de seus familiares.

Armando Antunes	☆ 20/12/1932	† 11/05/2026
Cremilda Maria Alves Da Silva	☆ 16/12/1937	† 16/04/2026
Joanna Darc Paganini Dos Santos	☆ 28/07/1937	† 05/05/2026
José Honorio De Castro	☆ 24/05/1934	† 09/05/2026
Maria Geralda De Araujo Guilherme	☆ 18/12/1966	† 01/05/2026



**Associação dos Trabalhadores Aposentados,
Pensionistas e Anistiados da Petrobras
e Subsidiárias no Estado do RJ**

Distribuição em todas as unidades da Petrobras e no Estado do Rio de Janeiro e Associados da ASTAPE/RJ

DIRETORIA EXECUTIVA EFETIVA

PRESIDENTE DE HONRA: JOÃO CARLOS ARAUJO SANTOS

PRESIDENTE ADELINO RIBEIRO CHAVES	1º TESOUREIRO GENOBRE GOMES LIMA	DIRETOR PATRIMÔNIO MOISES BENGALY
VICE-PRESIDENTE NILTON PEIXOTO DE ANDRADE	2º TESOUREIRO CARLOS ALBERTO MARQUES DA SILVA	CONSELHO FISCAL DJALMA DE FREITAS MOACIR FERREIRA DE LIMA JOSÉ RODRIGUES DA SILVA
1º SECRETÁRIO LUIZ CARLOS MARTINS DE SOUZA	DIRETOR / PROCURADOR MARIA DE LOURDES INACIA S. CARDOZO	REPRESENTANTE DA FEDERAÇÃO GUNTHER SASIC
2º SECRETÁRIO PEDRO RIBEIRO DA SILVA	DIRETOR SOCIAL MARIA NAZARÉ COSTA FREITAS	

Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, 1995 - Salas 401 ao 404/501/503 - CEP: 25010-001
Centro - Duque de Caxias - RJ

Telefones: (21) 2671-5263 / 7274 - Fax: 2672-2848

E-mail: astapecaxias@gmail.com | astape@astape.com.br | Site: www.astape.com.br
Sede Campestre: Rua A, 290 – Leque Azul - Mauá – Magé – CEP: 25900-000 Tel.: (21) 2631-0810



Mãe,

*o alicerce da vida começa
com o seu amor, que constrói,
nos dá força e nos renova
em cada gesto de carinho.*



Admilson Trajano
99867-7755
www.admilsontrajano.com
admilsontrajano@gmail.com